



DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS

O seu pedido deve ser instruído com os elementos abaixo indicados, em conformidade com o estabelecido em lei especial, no RJUE, na parte I e n.º 25 da parte V do anexo I e anexo II da [Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril](#).

1. Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de apresentação do pedido:
- 1.1. **Certidão da Conservatória do Registo Predial** - Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos, ou indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial, e eventuais contratos que demonstrem a legitimidade do requerente; quando omissos, a respetiva certidão negativa do registo predial, acompanhada da caderneta predial onde constem os correspondentes artigos matriciais.
- Mesmo que tenha preenchido o campo “Código da Certidão Predial Permanente” deste formulário, sugere-se a junção da Certidão da Conservatória do Registo Predial (cuja validade é de seis meses), de forma a evitar atrasos na apreciação do pedido, caso o código contenha lapsos no seu preenchimento.*
- 1.1.1. A área total do prédio mencionada na CCRP, não deverá ser inferior à área real do prédio sob pena de se concluir por falta de legitimidade.
- 1.2. Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente do ponto anterior.
- 1.3. **Certidão da Conservatória do Registo Comercial**, caso o requerente seja uma pessoa coletiva.
2. **Termo de responsabilidade** subscrito pelo técnico responsável pela direção técnica da obra ou direção de fiscalização da obra:
- 2.1. Nos termos do disposto no artigo 63.º do RJUE, e parte III do Anexo III da Portaria n.º 113/2015 de 22 de abril.
3. **Prova de inscrição do técnico responsável pela direção técnica da obra/direção de fiscalização da obra em associação pública de natureza profissional e da validade da mesma aquando da apresentação do pedido inicial.**
4. **Planta topográfica de localização**, fornecida pela CMP, com a delimitação da área objeto da operação e sua área de enquadramento. Esta planta pode ser obtida gratuitamente através dos [Mapas Interativos do Porto](#).
5. **Planta de implantação**, indicando a construção e as áreas impermeabilizadas e os respetivos materiais e, quando houver alterações na via pública, planta dessas alterações.
6. **Memória descritiva e justificativa**, contendo:
- 6.1. **Quadro sinóptico (mapa de medições)**, devidamente preenchido pelo técnico autor de projeto e de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis.
7. **Ficha estatística do INE (Q4)**
- 7.1. Disponível em <http://webinq.ine.pt> » Empresas » Pesquisar Inquéritos » SIOU.
8. **Telas finais** sempre que tenham efetuado alterações ao projeto aprovado, que sejam enquadráveis no n.º 2 do artigo 83.º do RJUE “*Podem ser efetuadas sem dependência de comunicação prévia à câmara municipal as alterações em obra que não correspondam a obras que estivessem sujeitas a controlo prévio*”.
9. **Certificado** de exploração emitido pela Direção-Geral de Energia e Geologia, no caso de **instalações elétricas** (Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de agosto) do tipo A com potência superior a 100 kVA, e de instalações do tipo B, acompanhado de projeto simplificado ou ficha eletrotécnica.

**OU**

- 9. Declaração de conformidade** da execução ou termo de responsabilidade pela execução, subscritos respetivamente por uma Entidade Instaladora de Instalações Elétricas de Serviço Particular ou técnico responsável pela execução a título individual, (acompanhado de prova da inscrição em associação pública de natureza profissional válida ou caso não se encontre inscritos em associação pública profissional, cartão emitido pela Direção-Geral de Energia e Geologia), acompanhada(o) de ficha eletrotécnica, nos seguintes casos:
- 9.1 Instalações elétricas de tipo A com potência igual ou inferior a 100 kVA, desde que estejam equipadas com dispositivos sensíveis à corrente residual diferencial de alta sensibilidade e integrados nos grupos geradores.
- 9.2 Instalações elétricas do tipo C, quando de carácter temporário, ou em locais residenciais, neste caso desde que a potência da instalação seja igual ou inferior a 10,35 kVA.

OU

- 9. Declaração/certificado de inspeção**, emitido por uma Entidade Inspetora de Instalações Elétricas de Serviço Particular, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 96/2017, no caso de instalações elétricas de tipo A e do tipo C, não abrangidas pelas alíneas anteriores, acompanhada de projeto simplificado ou ficha eletrotécnica.

OU

- 9. Termo de responsabilidade pelas instalações elétricas**, emanado nos termos do n.º 10 do artigo 13.º, do n.º 2 do artigo 63.º e do n.º 3 do artigo 64.º do RJUE acompanhado de declaração subscrita pelo autor de projeto ou pelo diretor de obra/diretor de fiscalização de que tais elementos foram obtidos.

- 10. Declaração/comprovativo de conformidade de execução** subscrita e emitida por Entidade Instaladora de Gás.

OU

- 10. Declaração/certificado de inspeção** emitida por Entidade Inspetora de Gás.

OU

- 10. Termo de responsabilidade pela instalação de gás**, emanado nos termos do n.º 10 do artigo 13.º, do n.º 2 do artigo 63.º e do n.º 3 do artigo 64.º do RJUE acompanhado de declaração subscrita pelo autor de projeto ou pelo diretor de obra/diretor de fiscalização de que tais elementos foram obtidos.

- 11. Ficha resumo caracterizadora do edifício e da intervenção realizada**, de acordo com o modelo ficha 2, constante do anexo à Portaria n.º 349-C/2013, de 2 de dezembro, caso se trate de edifício de habitação (Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação (REH)).

- 12. Certificado SCE**, emitido por Perito Qualificado no âmbito do Sistema Certificação Energética dos Edifícios. O certificado (digital) deve ser submetido através da plataforma online, usando para o efeito o formulário online "[Anexação de documento/resposta](#)".

- 13. Avaliação/ensaio acústico** para efeitos de verificação do cumprimento do projeto acústico, ou quando aplicável, dos limites legais para a instalação e exercício de atividades ruidosas permanentes, conforme previsto no n.º 5 do artigo 12.º e artigo 13º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro e de acordo com [os Requisitos técnicos a que devem obedecer os estudos e/ou ensaios acústicos](#) (documento disponível em www.cm-porto.pt » [Portal do Município](#) » [Formulários](#) » Urbanização e edificação

OU

- 13. Termo de responsabilidade**, emanado nos termos do n.º 10 do artigo 13.º, do n.º 2 do artigo 63.º e do n.º 3 do artigo 64.º do RJUE acompanhado de declaração subscrita pelo autor de projeto ou pelo diretor de obra/ diretor de fiscalização de que tais elementos foram obtidos.

E

- 13. Termo de responsabilidade** subscrito por pessoa legalmente habilitada a ser autor de projeto, nos termos de regime jurídico que define a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, relativo à conformidade da obra com o projeto acústico, nos termos do disposto da alínea g) do n.º 25 da parte V do anexo I da Portaria nº 113/2015 de 22 de abril.



14. Certificado de conformidade das instalações eletromecânicas (elevadores e afins), previsto no Decreto-Lei n.º 295/98, de 22 de setembro, quando existam.

OU

14. Termo de responsabilidade, emanado nos termos do n.º 10 do artigo 13.º, do n.º 2 do artigo 63.º e do n.º 3 do artigo 64.º do RJUE acompanhado de declaração subscrita pelo autor de projeto ou pelo diretor de obra/ diretor de fiscalização de que tal elemento foi obtido.

15. Termo de responsabilidade pela execução da ITED subscrito por instalador ITED (nº 1 do artigo 81º do Decreto-Lei nº 92/2017, de 31 de julho), cf. modelo aprovado pela ANACOM (nº 3 do artigo 76º do referido diploma).

16. Comprovativo de apresentação do Pedido de Autorização de Utilização das Redes Prediais (Vistoria), na “Águas do Porto, E.M.”

17. Livro de obra encerrado (quando tenham sido realizadas obras), nos termos do artigo 17º da Portaria n.º 1268/2008, de 6 de novembro.

18. Cópia do título da operação urbanística ao abrigo da qual foram realizadas as obras.

19. Justificação da não instrução do pedido com os seguintes elementos obrigatórios, ao abrigo do n.º 5 do artigo 2.º da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril:

19.1. _____

19.2. _____

Caso o técnico responsável entenda que, em face das características da operação urbanística, poderá eventualmente ser desnecessária a apresentação de algum dos elementos atrás referidos, deverá apresentar exposição por escrito justificando essa dispensa com fundamentação de facto e de direito.

20. Outros elementos que o requerente pretenda apresentar:

20.1. _____

20.2. _____

OBSERVAÇÕES

- Normas e procedimentos na submissão e apreciação de projetos deverão ser consultados no "[Manual de Recomendações e Boas Práticas na elaboração de projetos](#)".
- Com a apresentação dos requerimentos online no Portal do Município usufrua dos benefícios (redução ou isenção do valor das taxas devidas) previstos no Artigo G/20.º do Código Regulamentar do Município do Porto.
- [Os formulários](#) e o [Código Regulamentar do Município do Porto](#) podem ser consultados em www.cm-porto.pt » [Portal do Município](#). Para qualquer esclarecimento poderá, ainda, contactar a Linha Porto. através do seguinte número: 220 100 220.